
O Ateneu*, de Raul Pompéia, e o programa das escolas cívico-militares do governo Bolsonaro: espaço-tempo claustrotópico

Ana Carolina de Picoli de Souza Cruzⁱ

Arnaldo Cortinaⁱⁱ

Resumo: Este artigo tem como objetivo contribuir com as inúmeras reflexões acerca dos rumos da educação brasileira. Fundamentados na teoria da semiótica discursiva, por meio da análise do tempo, do espaço e da ideologia na enunciação e no enunciado, apresentamos uma comparação entre o romance *O Ateneu*, de Raul Pompéia (1888), e as diretrizes das escolas cívico-militares (2019) do governo Bolsonaro. Acreditando que não só os espaços fechados encarceram, mas também (e principalmente) os discursos têm o poder de confinar, buscamos, ainda, analisar como as ideologias do presente revelam vestígios do passado e nos levam a questionar se estamos (re)existindo ou resistindo.

Palavras-chave: semiótica discursiva; claustrotopia; ideologia; educação.

* DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2022.198044>.

ⁱ Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa pelo Departamento de Linguística da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Araraquara, SP, Brasil. E-mail: ana-carolina.cruz@unesp.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4228-2320>.

ⁱⁱ Professor livre-docente do Departamento de Linguística, Literatura e Letras Clássicas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Araraquara, SP, Brasil. E-mail: arnaldo.cortina@unesp.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9404-8352>.

Certos escritores se desculpam de não haverem forjado coisas excelentes por falta de liberdade - talvez ingênuo recurso de justificar inépcia ou preguiça. Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer. Não será impossível acharmos nas livrarias libelos terríveis contra a república novíssima, às vezes com louvores dos sustentáculos dela, indulgentes ou cegos. Não caluniemos o nosso pequenino fascismo tupinambá: se o fizermos, perderemos qualquer vestígio de autoridade e, quando formos verazes, ninguém nos dará crédito. De fato ele não nos impediu escrever. Apenas nos suprimiu o desejo de entregar-nos a esse exercício (Graciliano Ramos).

Introdução

A epígrafe que trazemos aqui, trecho inicial da obra *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, embora escrita em 1953, nunca foi tão atual para os tempos em que vivemos no Brasil. Em meio a conflitos ideológicos e de tirânico poder, também recém-saídos de uma guerra contra o inimigo invisível que assolou o mundo no período de 2019 a 2021, muitos brasileiros, em diferentes momentos, vemo-nos na companhia do medo e da frustração.

Medo da não sobrevivência pelas condições sociais, políticas e econômicas enfrentadas desde 2018; pela fragilidade do corpo atualizada em 2019; medo do que nos aguarda num futuro próximo. Tolhidos pelas consequências das inúmeras decisões governamentais (incluindo as sanitárias); privados, muitas vezes, de acesso a condições básicas de garantia à saúde, à educação, ao trabalho, enfim, o que nos invadiu a alma em algum momento – senão a todos, a grande parcela da população – foi a frustração.

Em meio a tantos acontecimentos que nos sobrevêm, há uma privação a que estamos sendo expostos: a do poder-ser e do querer-ser ou, respectivamente, da possibilidade e do desejo.

De um lado, circulam discursos de ódio que ditam regras, impõem maneiras de poder-ser e de “poder pensar”, de forma tão natural, que grande parte do “auditório” nacional crê naquilo que parece-ser-verdadeiro a ponto de tomá-lo como absolutamente veraz. Por outro lado, as instituições sociais a serviço desse destinador-naturalizador incorporam, refletem e recriam condições para exercícios do dever-ser, do dever-fazer, do não-poder-ser, do não-poder-fazer.

Nesse contexto, a partir da obra de Ramos – e das reflexões a que ela nos conduz – convocada por nós, convidamos o leitor a refletir conosco, não apenas sobre discursos que “suprimem o desejo”, mas principalmente sobre aqueles que, ao abrirem caminhos para uma lógica deôntica, fundam-se no encarceramento. Augé (1994, p. 73), em seu livro sobre os não-lugares (frutos da

supermodernidade), ao citar a noção de “país retórico”, dada por Descombes sobre a Françoise de Proust, afirma que “O lugar se completa pela fala, a troca alusiva de algumas senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores”. Essa noção nos leva a pensar que, muitas vezes, os atos retóricos são mais determinantes na relação com determinado espaço que a própria disposição geográfica ou física desse lugar. Sendo assim, independentemente do espaço em que circulam, os discursos podem confinar, enclausurar.

Para Roberto Vecchi (2010, p. 43), “[...] confinamento é um termo já semanticamente muito instável, pressupondo sempre um limite, uma situação fronteira – um confim, justamente – entre duas vertentes, dois mundos, mais ou menos impermeáveis”. Ao tratar da “conexão entre cárcere e poder”, discorre o autor:

[...] nos nomes, há sempre rastros também decisivos da questão que nos interessa: refiro-me sobretudo ao termo cárcere que possui uma etimologia iluminante: de fato, cárcere significa cerca, espaço fechado e é um deverbis do grego *arkéo* cerrar, fechar, impedir o acesso justamente, de que decorre também o termo arca, ou seja, caixa fechada, arcano enquanto lugar secreto, escondido, e que tem como composto *co-erceo*, ou seja, cercar, induzir, mas também punir, reprimir. Mas é o elo etimológico com outra palavra que se revela particularmente significativo: cárcere pelo efeito de uma raiz latino-germânica *skark* (cfr. Vanicek-Fick) aproxima-se do latim *sacer* que significa (do indoeuropeu) separado e que o gramático Festo adota para definir a categoria jurídica do *homo sacer* (Agamben, 1995, p. 79-80¹). O cárcere, assim, é também um lugar “sacralizado”, marcado diferencialmente, no entanto pelo prefixo *ca* – que indica uma delimitação tanto territorial como temporal, a configuração temporal de um espaço (como por exemplo o de *casa*, entendida como determinação de lugar, mas também de uma condição temporal, pelo aspecto verbal do estar). Assim, **o isolamento do sagrado do cárcere como índice espacial se carrega também de uma legislação do tempo** (Ferraro, 2006: 60²). Como na pena prisional, em suma (VECCHI, 2010, p. 44, grifo nosso).

A partir dessa aproximação entre espaço e tempo, permitida pela etimologia da palavra “cárcere”, Vecchi inicia reflexões sobre o saber produzido na cela e a relação entre cárcere e poder. Sobre o saber, ele tece uma breve análise do diálogo entre Críton e Sócrates que, às vésperas de sua condenação, afirma haver uma ética do /dever-fazer/ no cárcere e argumenta que a “justiça” não se fundamenta em leis justas ou não, mas sim em uma forma política implícita aos mecanismos da lei. Para o filósofo grego, permanecer na prisão expõe as potências normativas da *polis*. A partir dessa perspectiva, Vecchi

¹AGAMBEN, Giorgio. *Stato di eccezione. Homo sacer*, II, I, Torino: Bollati Boringhieri, 2003.

²FERRARO, Giuseppe. *La filosofia come arte della fuga. Un'esperienza nel carcere minorile di Napoli*, In *Diogene. Filosofare oggi*, 2, n. 3, 2006.

propõe, então, a “claustrosafia”: “um saber que surge da experiência de ‘abandono’ (filosoficamente) do detento na cela, sobre a qual é possível refletir” (VECCHI, 2010, p. 45).

Compõem sua hipótese, ainda, as ideias de Gramsci (de que o cárcere é uma lima que transforma o pensamento do enclausurado em lâmina), bem como as de Schmitt, para quem as vastidões opressivas da cela revelam a fragilidade de alguém que depende totalmente do inimigo e que, à medida que perde seu tempo, ganha seu espaço.

Perda e ganhos de espaços e de tempos se inscrevem no arco das claustrosafias entre Gramsci e Schmitt. A dupla posição, aparentemente quiásmica, a meu ver representa um elemento profundo da articulação entre cárcere e pensamento, urna dialética sutil entre finito e infinito, o finito do lugar e o infinito do pensamento, que talvez possa dar conta do vínculo seminal que torna peculiar o pensamento do cárcere não só como cárcere do pensamento mas como um saber (VECCHI, 2010, p. 47).

A respeito das relações entre espaço e poder, o autor cita as observações de Foucault sobre o biopoder e sua análise do *Panopticon* de Bentham, nas quais exclusão e disciplina expressam e modernizam a relação citada. Dessas reflexões, podem ser extraídos dois pontos, que destacamos: o primeiro sobre a questão do olhar na relação entre espaço e poder; o segundo sobre a relação entre cárcere e exceção.

Sob nossa perspectiva, um olhar vigilante é sempre modalizado pelo /dever-fazer/ e pelo /dever-ser/. Isso significa que o destinador-manipulador pré-estabelece padrões de comportamentos e atitudes que, por sua vez, são interpretados pelos sujeitos vigilantes como “certos”, “aceitáveis” ou “errados”, “inaceitáveis”. O fato de alguém seguir ou não esse padrão é o que determina a sanção positiva (aceite e elogio) ou negativa do sujeito vigiado (exclusão e disciplina). Chamamos a atenção, ainda, para o fato de esses padrões só poderem ser apreendidos por meio de discursos.

Já na questão da relação sutil entre exceção e cárcere – sendo a exceção considerada um tipo de exclusão – o cerne encontra-se no resíduo temporal que não se pode eliminar, mas, ao contrário, se engendra no espaço, como afirma Vecchi (2010):

[...] o que emerge assim é como a exceção atuará a partir sempre de um índice, se diria, cronotópico onde o tempo se enxerta no espaço atuando sincronicamente como tecnologia do poder. Isso torna evidente o traço moderno do elemento da temporalidade que a estrutura do cárcere só aparentemente encobre: o tempo parece um meio de redenção, mas no cárcere (como na modernidade) não há redenção do tempo, portanto o tempo se pode só consumir (VECCHI, 2010, p. 48).

Por meio de um funcionamento complexo, pensando na exceção e no encarceramento, espaço e tempo fundem-se como instrumentos de poder; um poder que se fortalece pelas marcas invisíveis que deixa. Espaço e tempo tornam-se sacralizáveis pela intensidade dos discursos neles e por eles disseminados e pela extensidade das vivências por eles garantidas. A esse espaço-tempo discursivo denominamos claustrotopia, cuja essência é a do encarceramento (CRUZ, 2010).

A partir dessas perspectivas e ancorados na semiótica discursiva, especificamente na análise do tempo, do espaço e da ideologia na enunciação e no enunciado, teceremos a análise de dois textos tipologicamente distintos com vestígios, no entanto, do encarceramento mencionado.

O primeiro deles, de ordem injuntiva, são as “Diretrizes das Escolas Cívico-Militares” (BRASIL, 2021), cuja finalidade consiste em balizar as ações, viabilizando a aplicação de uma gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa para melhorar a educação básica. As Ecim fazem parte do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), criado também em 2019, cuja proposta é a de implementar 216 Escolas Cívico-Militares até 2023. Segundo as diretrizes, essas escolas fundamentam-se nos valores de civismo, dedicação, excelência, honestidade e respeito. Um dos capítulos, por exemplo, intitulado “Orientações sobre condutas e atitudes dos alunos” fala de “comportamento sadio e atitudes corretas” dos alunos para quem “o respeito e a disciplina devem ser naturais” (BRASIL, 2021, p. 87). Traz, ainda, indicações sobre a distribuição de recompensas e de elogios a esses alunos – “[...] muito importantes para reforçar o comportamento desejado dos alunos das Ecim” (BRASIL, 2021, p. 88). Apresenta também quem possui competência para concedê-los e trata de faltas comportamentais e atitudinais, bem como de suas respectivas medidas educativas. Diante desse rico material, examinar-se-á como determinada ideologia manifesta-se na enunciação e no enunciado e emerge em pleno início da segunda década do século XXI no sistema educacional de nossa sociedade.

O segundo texto é um romance da literatura brasileira, datado de 1888, *O Ateneu*, de Raul Pompéia. Escrito em primeira pessoa, a obra tem como fio condutor as memórias do narrador-personagem, Sérgio já adulto, que relembra sua passagem pelo internato, *Athenaeum*, palco central em que se desenvolve a narrativa. Ao visitar seu passado, por meio da memória, Sérgio faz a leitura adulta da experiência infantil. Ao descrever os objetos do colégio, suas divisões espaciais e os significados que outras personagens atribuem a cada um desses espaços, a rotina da escola e do austero diretor Aristarco, com seus discursos repletos de “verdades absolutas”, revela ao leitor uma imagem menos idealizada da instituição escolar da sociedade brasileira do fim do século XIX.

Para Miskolci e Balieiro (2011), em uma leitura sociológica desse romance, é possível encará-lo como um “arquivo histórico” revelador de significativas mudanças culturais e políticas por que passava a sociedade brasileira da época:

Roberto Ventura (1991) sublinha o fato curioso de que, no Brasil de fins do século XIX, dominava um clima acirrado de desafio e disputa política no meio intelectual. Estas polêmicas traduziam disputas simbólicas do período sobre um ideal de nação que se criava junto com a consolidação do regime republicano. Um fato crucial, mas pouco explorado, é que tais polêmicas se davam entre homens de elite. A associação entre nação e masculinidade vinculava-se à preocupação com o caráter modelar destes homens, de sua suposta missão viril de representar e encarnar os ideais políticos que se confundiam com rígidos valores morais. Neste sistema de valores normativos, a adesão aos ideais era premiada no mesmo grau em que era temida e perseguida qualquer suspeita de dissidência (MISKOLCI; BALIEIRO, 2011, p.74).

A partir dessa perspectiva – e considerando o período de publicação do romance, ou seja, o declínio do Segundo Império e a Proclamação da República – os referidos autores traçam uma análise sobre as relações entre sexualidade e política. Dessa reflexão, destacamos dois aspectos, cujas consequências são muito atuais: (i) a formação de nossa ordem heteronormativa, fundada na interdependência entre os polos hetero/homossexual, sendo o primeiro “[...] representativo do que se considerou natural, estendeu-se à esfera pública e foi tratado como sinônimo de saudável, enquanto o segundo foi relegado à esfera privada e visto como degeneração” (*ibidem*, p. 76); (ii) a persistência da ideologia de “diagnósticos sociais de degeneração” (moral, política e racial) que imperava à época, cuja preocupação eram as ameaças à ordem estabelecida (a miscigenação e o que se chamou de “homossexualidade”). Infelizmente, isso gera discursos preconceituosos que justificam, muitas vezes, as injustiças a que são submetidas essas pessoas, cujas escolhas de sexualidade fogem à heteronormatividade.

Não nos deteremos, neste artigo, nas questões já estudadas por Miskolci e Balieiro, mas ressaltamos o quão importante é revisitar *O Ateneu* para refletirmos sobre o momento político e social que nos aflige. Na perspectiva da semiótica discursiva, interessam-nos as estratégias discursivas utilizadas pelo sujeito da enunciação, bem como a análise das semelhanças figurativas e temáticas – ligadas ao encarceramento – que aproximam o romance *O Ateneu* de Raul Pompéia e as diretrizes das escolas cívico-militares do governo Bolsonaro.

1. Das Ecim

Fruto de uma parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa, o programa das Escolas Cívico-Militares é coordenado pela Subsecretaria

de Fomento às Escolas Cívico-Militares (Secim) que, atualmente, compõe, junto a outras subsecretarias, o setor da Educação Básica do Ministério da Educação. Esse fato, por si só, já nos alerta para a institucionalização dos ideais militares na área educacional.

Uma breve retrospectiva histórica deixa-nos observar que, entre altos e baixos, desde o período regencial do Brasil com a idealização de um colégio militar por Araújo Lima e, mais tarde, em 1853 com Duque de Caxias como senador do Império, a primeira escola militar do país – chamada “Imperial Colégio Militar da Corte”, hoje conhecida como “Colégio Militar do Rio de Janeiro” – foi consolidada somente em 1889 por um decreto imperial. A intenção era garantir educação aos filhos dos militares que não retornassem das batalhas.

Cento e trinta e um anos depois, em agosto de 2020, sob as crenças do governo Bolsonaro, é inaugurada a primeira escola, agora denominada “cívico-militar”, no Rio de Janeiro com o intuito de estabelecer um modelo educacional de excelência, conforme se lê:

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, prevê, em sua Meta 7, o fomento da qualidade da educação básica, em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as médias nacionais para o Ideb.

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, alicerçado na garantia de uma educação de qualidade, conforme estabelecido no Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, visa contribuir para o atingimento dessa Meta, por meio de um modelo de excelência de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa. Esse modelo é baseado nos Colégios Militares e será aplicado para as etapas ensino fundamental (anos finais) e ensino médio de escolas públicas que possuam baixo Ideb e alunos em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2021, p. 4).

O texto de apresentação das “Diretrizes das Escolas Cívico-Militares” (2021) explicita os valores eufóricos do programa de implementação dessas escolas: “fomento da qualidade” da educação básica “alicerçado” em um “modelo de excelência de gestão”. Tal modelo apresenta-se, pelo fundamento na lei e pela força de sua adjetivação, como inquestionável.

A debragem enuncia estabelece um distanciamento do leitor reforçado pela ancoragem do discurso no sujeito sintático PNE que, no nível narrativo, exerce o papel de destinador-social e, por sua vez, justifica a existência do programa. Essa construção, portanto, além de produzir o efeito de objetividade, fundamenta a criação de escolas cívico-militares em um argumento de autoridade, atribuindo essa criação à necessidade estabelecida por uma instância maior. Isso pode ser lido com valor de verdade.

Criado, assim, esse efeito de verdade do enunciado enunciado e de credibilidade do Pecim, estabelece-se um contrato de fidúcia tanto no nível narrativo, quanto no nível discursivo (PNE - Pecim - sociedade). A partir disso, o programa das escolas cívico-militares emerge como um sujeito competente capaz de dar conta, por si só, dos difusos e complexos problemas que afetam a educação básica do país. No encerramento do parágrafo, encontramos a oposição sob a qual se constrói o discurso que subjaz às diretrizes dessas escolas: no âmbito social, a separação entre os excluídos e os poderosos, ou ainda, entre a fragilidade da população em situação de “vulnerabilidade” vs. a autoridade do poder que se coloca em posição de “excelência”. Sob a ideologia, portanto, da manutenção de um tipo de hierarquização social é construído o discurso das diretrizes das Ecim.

Essa oposição, presente no texto inicial das diretrizes, continua sendo tecida na definição de civismo que consta no documento:

De uma forma generalizada, define-se civismo como respeito aos valores de uma sociedade, a suas instituições e às responsabilidades e aos deveres do cidadão. Outrossim, pode-se conceituar como dedicação pelo interesse público ou pela causa da pátria, civilismo ou patriotismo.

Entretanto, o conceito amplo seria: atitudes e comportamentos que, no dia a dia, manifestam os cidadãos, na **defesa de certos valores e práticas**, assumidos como os **deveres fundamentais para a vida coletiva**, visando preservar a sua harmonia e melhorar o bem-estar de todos. O civismo é uma questão de **cultura política e de filosofia política** (BRASIL, 2021, p. 37, grifo nosso).

A divisão entre os parágrafos é nítida: no primeiro, a ideia generalizada de civismo aponta para algo que se atualiza conforme a sociedade se transforma – como denotam as formas verbais impessoais usadas no presente do indicativo; no segundo, a conjunção “entretanto” seguida do adjetivo “amplo” e da forma verbal no futuro do pretérito compõem a ideia de sugestão sobre “atitudes e comportamentos” que o enunciatário deveria seguir. Essas atitudes são reveladas na especificidade de valores, práticas, cultura e filosofia dadas na continuação do parágrafo. Nesse sentido, a oposição “amplo” vs. “específico é quase suprimida aos olhos de um leitor desatento.

Ao colocar o civismo como uma questão de cultura e de filosofia políticas, valoriza um determinado ponto de vista político – no âmbito cultural e filosófico, no caso, o dos militares. Portanto, a afirmação do bem-estar coletivo é, na verdade, relativizada, pois atende apenas àqueles cujos princípios correspondem a “certos valores e práticas” comuns à ideologia do enunciador. Consequentemente, a isotopia da hierarquia permanece (ainda que implícita no trecho citado).

Informações divulgadas, em 2019, por meio do site do MEC pela Assessoria de Comunicação Social do governo, além de reiterarem os traços da hierarquia, manipulam o leitor a aderir à visão de uma educação austera como solução eficaz para mudar a nação, conforme se observa a seguir:

Segundo a subsecretária da Secim, Márcia Amarílio, o novo modelo será instalado sob demanda e pretende **resgatar a disciplina e a organização**, principalmente nas escolas públicas de maior vulnerabilidade social.

“Com o modelo cívico-militar, a escola muda o uniforme e sua infraestrutura, ou seja, as instalações físicas para atender ao programa, e também a gestão administrativa, que passa a ser feita pelos militares”, explica Márcia. “A gestão da organização didático-pedagógica continua sendo desempenhada pelos professores civis.”

A implementação do modelo depende de demanda das secretarias de Educação do país. Elas é que devem procurar o MEC e apontar quais escolas poderiam receber o projeto da Secim.

[...].

Civismo – Márcia, 44 anos, é tenente-coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal há 25, e sempre esteve envolvida com a educação. Toda a equipe da subsecretaria foi montada também com especialistas do mesmo perfil, ou seja, profissionais acostumados com o **trabalho árduo, a competência e os resultados positivos apresentados pelos modelos militares ao longo dos últimos anos**.

“O conteúdo que é aplicado a essas escolas cívico-militares são voltados (sic) **ao civismo, ao patriotismo, à hierarquia, à disciplina, à ordem unida, ou seja, mostram como pensar no coletivo**”, destaca a subsecretária. “Acreditamos que esse modelo, o de educar com esses valores, civismo, patriotismo, faz com que o cidadão passe a ter consciência do seu papel dentro da sociedade. E é isso que faz mudar uma nação” (MEC, 2019, grifo nosso).

Os verbos da reportagem, maioria no presente do indicativo, intensificam a absoluta certeza nos modelos militares como melhor solução para as questões educacionais brasileiras, uma vez que o perfil desses profissionais está relacionado ao costume “com o trabalho árduo”, possui “a competência e os resultados positivos”. Soma-se, ainda, o destaque dado aos conteúdos trabalhados nas Ecim: civismo, patriotismo, hierarquia, disciplina, ordem unida. Pode-se notar uma organização decrescente desses conteúdos e, a partir do exposto até aqui, podemos inferir o real significado que cada um desses lexemas possui.

Segundo o Novo Dicionário Aurélio (s/d, p. 333), civismo significa “devoção ao interesse público; patriotismo”. Esse último vocábulo poderia ser entendido como sinônimo de civismo, no entanto, ao consultá-lo no mesmo dicionário, sua significação é a de “1. amor da pátria. 2. qualidade de patriota.” (s/d, p. 1047). Desse modo, estabelece-se uma gradação entre devoção e amor, ou melhor, entre

civismo e patriotismo; o primeiro está ligado à religiosidade, à ideia de consagrar-se a alguém ou a algo; o segundo é um sentimento que pode ou não gerar devoção no sentido de culto, de adoração.

Há um discurso da hierarquia figurativizado na ordem decrescente já citada (civismo, patriotismo, hierarquia, disciplina, ordem unida): os devotos de “certos valores e práticas” demonstram, exatamente por isso, amar à pátria e serem competentes para conduzir a tropa ou “ordem unida” por meio da disciplina. É a hierarquia, portanto, que mantém as relações a serem (re)estabelecidas; é por meio dela que se pensa o coletivo; é ela que dita o papel social do cidadão: o da submissão. É ela, ainda, que naturaliza a intolerância pelo diferente, posto haver valores e práticas pré-estabelecidos como aceitáveis, mesmo que excluam a ideia de “todos” aqueles a quem esses valores não se aplicam a sua individualidade humana. Dessa maneira, corre-se o risco de pré-julgamentos do diferente como não possuidor de civismo, de patriotismo e, portanto, pode-se considerá-lo como parte de uma des-ordem justificada apenas pela padronização imposta pelo modelo arcaico de família, sociedade, bem e mal etc.

Eis o sentido que a palavra “hierarquia” tem ganhado na construção do imaginário coletivo: o valor de oposição à anarquia. A evocação da hierarquia deixa implícito que vivemos tempos anárquicos. O verbo “resgatar” vem reforçar essa ideia construída pelo senso comum, portanto, de que não há mais “disciplina” e “organização” na educação. O que há é uma luta pela multissignificação, pela plurissignificação e por uma equidade no respeito às escolhas de todo e qualquer ser humano. Desse modo, poderíamos chegar a afirmar que a manipulação aqui ocorre pela evocação/convocação de uma memória discursiva de hierarquização social, religiosa, econômica, social e cultural, marcada no imaginário coletivo. É por meio desse recurso que ocorre o embate entre o discurso conservador e o discurso inovador; esse fundamentado no respeito às heterogeneidades que constituem o homem e, portanto, aberto às atualizações que cada cultura constrói com o decorrer do tempo; aquele pautado na homogeneidade, na soberania da ordem, na via de mão única, fechado para qualquer alteração da ordem ou dos princípios totalitários.

Se com a linguagem criam-se mundos, os discursos podem determinar realidades. Pensados assim, os discursos veiculados nas Ecim criam um espaço-tempo que não possibilita aceitar o que não seja a regra, a norma, o estabelecido, o “certo”, o plausível. Ele resgata traços de um tempo distante cronologicamente, mas marcado na memória de um Brasil ainda jovem, cuja luta para construir uma identidade a partir de suas origens multiculturais, fruto da miscigenação, é grande. Essa claustrotopia tem se mostrado uma realidade que nos invade em pleno século XXI.

2. Sobre *O Ateneu*

O romance de Raul Pompéia é uma das grandes obras que marcaram a escola literária do Realismo brasileiro e, como dissemos anteriormente, por meio da memória descreve a experiência escolar do personagem-narrador (Sérgio) em um internato do Segundo Império, no Rio de Janeiro. Ocorre, desse modo, uma mescla entre o “aqui – agora” do ator da enunciação (Sérgio adulto) com o “aqui – agora” do ator do enunciado (Sérgio criança).

Barros (2015), ao tratar da memória como categoria analítica de discursos autobiográficos que determinam os modos de adesão do enunciatário a esses discursos, discorre sobre duas formas de memória, a memória do acontecido e a memória-acontecimento. Para a semiótica, essa memória:

[...] aparece como construção que se realiza ao longo do texto. Ela é capturada em seu devir, em sua ação de fazer aparecer e desaparecer o passado lembrado. É dinâmica, instável. Não cria a ilusão de acabamento, mas a cada pedaço do passado agarra-se um máximo de engajamento afetivo do sujeito que produz o texto tanto quanto é por ele produzido.

[...]

Não é apenas o passado que vem à tona, mas a presença de um sujeito no passado. As sensações e emoções são (re)vividas na linguagem pelo enunciator e pelo enunciatário. É este o domínio da experiência sensível. A *memória-acontecimento* é, então, potência, que pode desestabilizar a diferenciação entre os níveis do protagonista, do narrador e do enunciator. Da mesma forma que a reminiscência cria uma “ilha” no cotidiano daquele que recorda, a *memória-acontecimento* se instaura como fratura para o sujeito da enunciação, destacando-se do que é rotina (BARROS, 2015, p. 211 - 213).

Como o enunciator delega voz a um narrador-personagem (Sérgio já adulto), podemos pensar essa memória como (re)construção das experiências sensíveis desse enunciator, em um processo no qual o passado aparece e desaparece nos intervalos entre o tempo da enunciação e o tempo do enunciado. Desse modo, em *O Ateneu*, a memória-acontecimento revela a intensidade do vivido no espaço do internato e distende o tempo em extensidade durativa, sacralizando-o para o enunciator. Sob nosso ponto de vista, isso ocorre pela força de confinamento que esse espaço-tempo manifesta.

Bosi (2015), entre outros críticos literários, destaca um aspecto importante do romance: a crítica que ele apresenta ao “decoro” das instituições do fim do século XIX e aos interesses burgueses manifestados pelas relações estabelecidas e pelos discursos que circulam no internato:

Mas o trágico é que a escola, como a sociedade, na sua dinâmica de aparências, finge ignorar a iniquidade sobre que se funda. Tomando hipocritamente o dever-ser como a moeda corrente e o que é como exceção a ser punida, a praxe pedagógica não baixa o tom virtuoso que se ouve nos discursos de Aristarco e se perpetua nas máximas gravadas nos ladrilhos do colégio. São a eterna “boa consciência” e pairam acima da fealdade dos gestos violentos ou chulos que formam a rotina do meio adolescente (BOSI, 2015, p. 213).

O autor destaca a intensa relação entre escola e sociedade, colocando a primeira como microcosmo da segunda e cita um trecho da terceira conferência proferida por um dos professores do *Athenaeum*, o Dr. Cláudio, que resumiria o “núcleo ideológico do romance” e revelaria o princípio em que se fundamentava a sociedade da época; diz o ator do discurso, em sua palestra: “Não é o internato que faz a sociedade, o internato a reflete. A corrupção que ali viceja vai de fora” (BOSI, 2015, p. 214). Há, aqui, pistas da crítica tecida ao modelo miliciano de educação admirado no macrocosmo da sociedade burguesa e imperialista do Brasil da época que regia o microcosmo do internato. De modo singular, inicia-se o romance:

“Vais encontrar o mundo, disse-me meu pai, à porta do Ateneu. Coragem para a luta”. Bastante experimentei depois a verdade deste aviso, que me despia, num gesto, das ilusões de criança educada exoticamente na estufa de carinho que é o regime do amor doméstico; diferente do que se encontra fora, tão diferente, que parece o poema dos cuidados maternos um artifício sentimental, com a vantagem única de fazer mais sensível a criatura à impressão rude do primeiro ensinamento, têmpera brusca da vitalidade na influência de um novo clima rigoroso. [...]

O internato! Destacada do conchego placentário da dieta caseira vinha próximo o momento de se definir a **minha individualidade** (POMPÉIA, 1993, p. 21- 22, grifo nosso).

Por meio da recordação desse aviso, o narrador-personagem começa a criar uma isotopia das oposições que marcam a passagem do universo infantil para a formação da individualidade adulta. Há duas oposições: uma espacial (dentro vs. fora ou interno vs. externo) e outra temporal (passado vs. presente).

Em relação à oposição interno vs. externo, a euforia é representada pela “estufa de carinho”, pelo “amor doméstico” e pelos “cuidados maternos”; já o espaço disfórico do “mundo”, corresponde a tudo aquilo que existe fora do lar e que formará a individualidade do ator, agora do enunciado, Sérgio-criança. Paradoxalmente, o encontro com a amplidão do mundo dar-se-á no espaço restrito e fechado do internato. Encontrar-se com o mundo, pela perspectiva do enunciador, é enclausurar-se – não apenas pelo espaço fechado, mas, principalmente, pelos discursos propagados no colégio e as relações por eles

estabelecidas. No enunciado, a isotopia do autoritarismo é muito presente nos discursos de Aristarco:

Durante a visita, não falou Aristarco senão das suas lutas, suores que lhe custava a mocidade e que não eram justamente apreciados. “Um trabalho insano! **Moderar, animar, corrigir esta massa de caracteres, onde começa a ferver o fermento das inclinações;** encontrar e encaminhar a **natureza** na época **dos violentos ímpetos; amordaçar excessivos ardores; retemperar o ânimo** dos que se dão por vencidos precocemente; **espreitar**, adivinhar os **temperamentos; prevenir a corrupção;** desiludir as aparências sedutoras do mal; aproveitar os alvoroços do sangue para os **nobres pensamentos;** prevenir a depravação dos inocentes; espiar os sitios obscuros; fiscalizar as amizades; desconfiar das hipocrisias; ser amoroso, ser violento, ser firme; triunfar dos sentimentos de compaixão para ser correto; proceder com segurança, para depois duvidar; punir para pedir perdão depois... Um labor ingrato, titânico, que extenua a alma, que nos deixa acabrunhados ao anoitecer de hoje, para recomeçar com o dia de amanhã... Ah! Meus amigos, concluiu ofegante, não é o espírito que me custa, não é o estudo dos rapazes a minha preocupação... É o caráter! **Não é a preguiça o inimigo, é a imoralidade!**” Aristarco tinha para esta palavra uma entonação especial, comprimida e terrível, que nunca mais esquece quem a ouviu dos seus lábios. “A imoralidade!” [...] Aqui está o nosso código. Leiam! Todas as culpas são prevenidas, uma pena para cada hipótese: o caso da imoralidade não está lá. O parricídio não figurava na lei grega. Aqui não está a imoralidade. Se a desgraça ocorre, a justiça é o meu terror e a lei é o meu árbitro! Briguem depois os senhores pais!... [...].

Quando meu pai saiu, vieram-me as lágrimas, que eu tolhi a tempo de ser forte. Subi ao salão azul, dormitório dos médios, onde estava minha cama, mudei de roupa, **levei a farda ao número 54** do depósito geral, meu número. Não tive coragem de afrontar o recreio (POMPÉIA, 1993, p. 38-39, grifo nosso).

Reservados os diferentes contextos sociais, históricos e culturais, os traços autoritários do discurso de Aristarco declaram as ideias por detrás daquelas escondidas no discurso das diretrizes das Ecim. No excerto, há uma oposição explícita entre moralidade e imoralidade representadas, a seguir, pelas expressões em “a” e “b”, respectivamente: a) “moderar, animar, corrigir, encaminhar, amordaçar, retemperar, espreitar, adivinhar, desiludir, nobres pensamentos, prevenir, inocentes, espiar, fiscalizar, desconfiar”; b) “ferver, inclinações, natureza, violentos ímpetos, excessivos ardores, vencidos precocemente, temperamentos, corrupção, aparências sedutoras, alvoroços, depravação, obscuros, hipocrisias”. É interessante observar que a maioria das palavras usadas para expressar a moralidade são verbos de ação usados por um sujeito do fazer – Aristarco – enquanto as utilizadas para tratar da imoralidade são substantivos, alguns adjetivados, que revelam o olhar hierárquico do mestre moralista sobre a “massa

de caracteres”, cujos traços imorais são lidos pelo diretor do colégio como inerentes.

Chamam a atenção os verbos “amordaçar”, “desiludir” e “fiscalizar”; o primeiro indica violência ao corpo, o segundo violência ao emocional e o terceiro é a atitude que predomina em qualquer sistema autoritário. No caso da imoralidade, a natureza humana é entendida como instinto, logo, é ressaltada por hipérboles como “ferver”, “violentos ímpetos”, “excessivos ardores”, “corrupção”, “depravação”. Essa hiperbolização ligada à natureza humana ganha, ainda, com o paradoxismo expresso nas ambiguidades comportamentais do trecho: “[...] ser amoroso, ser violento, ser firme; triunfar dos sentimentos de compaixão para ser correto; proceder com segurança, para depois duvidar; punir para pedir perdão depois...” (POMPÉIA, 1993, p. 38-39). A ideia é, portanto, conter a natureza humana, caso ela fuja aos padrões adotados, ou melhor, a “certos valores e práticas”.

Há, portanto, duas faces nesse discurso: a primeira é a da imagem de uma figura pura, íntegra, quase mítica – a do diretor Aristarco; a segunda, a do conservadorismo, da tradição – que reitera a primeira. Fiorin (2019, p. 373), em um texto que examina o discurso da extrema-direita, elucida-nos sobre o fundamento funcionalista contido na antiga concepção de dominação dos grupos dominantes que remete ao século I a.C. em que Menênio de Agripa buscava “[...] pacificar a plebe romana, mostrando que a sociedade deve ser solidária como os órgãos do corpo humano. [...] Essa concepção traduz a ideia da naturalidade da divisão social de dominantes e dominados”. Isso confirma nossa hipótese sobre a ideologia da manutenção da hierarquização social presente em nosso país, desde seus primórdios. Uma hierarquia, entretanto, que tem como grupo dominante os militares e sua ideologia, em funcionamento, pelo viés educacional. Essa situação (resgatada em 2019 pelas Ecim) já foi manifestada e criticada por Pompéia, em 1888, como mostra o excerto a seguir:

No ano seguinte, o Ateneu revelou-se-me noutro aspecto. Conhecera-o interessante, com as situações do que é novo, com as projeções obscuras de perspectiva, desafiando curiosidade e receio; conhecera-o insípido e banal como os mistérios resolvidos, **caiado de tédio; conhecia-o agora um intolerável como um cárcere, murado de desejos e privações.** [...] Desesperava-me então ver-me duplamente algemado à contingência de ser irremissivelmente pequeno ainda e colegial. Colegial, quase calceta! **Marcado com um número** escravo dos limites da casa e do despotismo da administração (POMPÉIA, 1993, p. 141, grifo nosso).

A avaliação da experiência infantil manifestada pela enunciação, atribui à figura da “farda ao número 54” – nome dado ao uniforme militar – a ideia do cárcere, permitindo-nos vincular militarismo e clausura. Mais que um espaço hermético, o internato apresenta-se como espaço-tempo preenchido por

discursos de rigidez, de vigilância, de não liberdade, de aprisionamento, configurando, desse modo, uma claustrotopia.

3. Educação e militarismo: uma (re)existência ou resistência?

Os dois textos aqui examinados trazem o teor dos discursos modalizados pelo /dever-fazer/ e pelo /dever-ser/. Nesses termos, fica implícita a ênfase dada à disciplina, à padronização como já citamos. Elas podem ser observadas, por exemplo, nos uniformes das Ecim e do internato:

Figura 1: Uniformes masculino e feminino.



Fonte: Elaboração própria, a partir do modelo proposto em BRASIL (2021, p. 98-99).

A seção destinada à vestimenta dos alunos descreve todos os detalhes que devem compor o uniforme masculino e o feminino, em cada um dos itens (sapatos,

meias, boina etc.) e como eles devem ser usados. O início dela traz as seguintes assertivas:

A apresentação pessoal e o uso de uniformes são aspectos considerados de grande importância dentro das Ecim, pois trazem consigo ensinamentos que tentamos transmitir aos nossos alunos, como o cuidado com a higiene, a boa aparência, a sociabilidade e a postura, etc.

Constituem-se como fatores primordiais na apresentação pessoal do aluno o uso correto do uniforme; o zelo com cada uma de suas peças; e a limpeza e o asseio pessoal. O uniforme é um elemento formativo na vida do aluno e é um dos símbolos da Ecim. Portanto, é fundamental a correção na apresentação individual e coletiva de todos os alunos, em qualquer situação, devendo os uniformes serem utilizados de acordo com estas Orientações (BRASIL, 2021, p. 97).

O destaque à aparência, à apresentação pessoal são valorizados como “primordiais”. À figurativização dos uniformes escapa, porém a tematização da vulnerabilidade social, uma vez que um dos traços dessa vulnerabilidade é o fator econômico que impede os cuidados solicitados. Entretanto, essa valorização enfática à “apresentação individual e coletiva” é, sob a perspectiva ampla do discurso que constrói, mais uma figura que recobre outra temática: essência vs. aparência, já abordada em 1888, por Pompéia.

No romance, os uniformes também aparecem e, com eles, a questão da aparência vai além do militarismo – metáfora da “farda ao número 54” (POMPÉIA, 1993, p. 38-39), pois ao invés de revelar a essência, esconde-a. Como a literatura é o espaço capaz de subverter a linguagem, o autor Realista acrescenta à significação de “aparência” a oposição constituinte do contrato de veridicção (ser vs. parecer) revelando, desse modo, como o ator do enunciado, Aristarco, vale-se da construção de uma imagem de si e de seu colégio – que parece, mas não é – e constrói um discurso da “mentira”, ou melhor dizendo, da “simulação”, denominação dada por Per Aage Brandt para o termo do eixo referido, conforme consta em Bertrand (2003, p. 242), a qual acreditamos ser bem apropriada para a narrativa do diretor do internato. Além disso, sobre o contrato de veridicção, Bertrand (2003, p. 243) afirma que as condições de confiança, as quais determinam o compartilhamento de crenças, estão “[...] em perpétuo ajuste entre os sujeitos, no interior do discurso. A fidedignidade, ou crença partilhada, está conseqüentemente no fundamento da concepção intersubjetiva da enunciação e da interação em semiótica”.

Desse modo, é possível observar que a imagem do diretor do internato é mais da ordem da simulação, pois é pelo recurso da “aparência” que ele esconde seu verdadeiro objetivo, é por meio dele, ainda, que o diretor interage com os que compartilham de seus valores: a aristocracia, como se lê a seguir:

Nas ocasiões de aparato é que se podia tomar o pulso ao homem. Não só as condecorações gritavam-lhe do peito como uma couraça de grilos: Ateneu! Ateneu! Aristarco todo era anúncio. Os gestos, calmos, soberanos, eram de um rei – o autocrata excelso dos silabários; a pausa hierática do andar deixava sentir o esforço, a cada passo, que ele fazia para levar adiante, de empurrão, o progresso do ensino público; [...]

A irradiação do reclame alongava de tal modo **os tentáculos** através do país, que **não havia família de dinheiro**, enriquecida pela setentrional borracha ou pela charqueada do sul, **que não reputasse um compromisso de honra com a posteridade doméstica mandar dentre seus jovens, um, dois, três representantes abeberar-se à fonte espiritual do Ateneu** (POMPÉIA, 1993, p. 24, grifo nosso).

No excerto, há uma mistura de figuras na descrição de Aristarco: do lado do que se dá a ver (aparência), temos “condecorações ao peito”, “calmos, soberanos”, “rei”, “autocrata excelso”; já do lado da essência, “pausa hierática”, “esforço”, “levar adiante, de empurrão”, “reclame” e “tentáculos”. O sentido de religiosidade expresso pelos primeiros adjetivos destacados (rei, excelso, hierático) evocam a ideia de devoção de Aristarco a ações que visam ao enriquecimento e ao prestígio, muito mais capitalistas que educacionais. À figurativização da nobreza, que zela pelo bem-comum, opõe-se a dos tentáculos do monstro, revelando, assim, os dois lados do discurso do diretor; reiterando a “aparência” como recurso que encobre “essência”.

Nesse mesmo caminho, a “boa aparência”, a “boa conduta” equivalem a recompensas, como mostra o trecho sobre os passeios, por exemplo:

Os dias de saída eram de quinze em quinze. Partia-se ao domingo, depois da missa; voltava-se à segunda-feira antes das nove da manhã. Os dias santos de guarda ocasionavam saídas de véspera. [...]

Havia porém saídas extraordinárias de prêmios ou de obséquio.

A cada lição julgada boa, o professor assinava um papelucho amarelo, *bom ponto*, e entregava ao distinto. Dez prêmios destes equivaliam a um cartão impresso, *boa nota*, como dez vezes vinte réis em cobre valem um níquel de duzentos. [...] Reduzia-se assim a papel o valor pessoal, na *clearing-house* da diretoria; ou melhor: adaptava-se a teoria de Fox ao processo das recompensas, com todos os riscos de um câmbio incerto, sujeito aos pânicos de bancarrota, sem um critério de justiça, a garantir, sob a ostentação do papel-moeda, a realidade de um numerário de bem aqualitada virtude.

Fosse como fosse, certo é que, com os bilhetes de boa nota, comprava-se uma saída, e isto era o importante, como nos países de más finanças: desde que o papel tem curso, de que vale o valor? (POMPÉIA, 1993, p. 87-88, grifo do autor).

O excerto do romance remete-nos: às reflexões de Sócrates sobre a justiça não estar atrelada, necessariamente, ao justo, correto (“sem um critério de justiça”); à ideia de dominante e dominado (“adaptava-se a teoria de Fox ao

processo das recompensas”); à submissão a certos valores (“comprava-se uma saída, e isto era importante”); à oposição já citada e a uma crítica à economia do país à época.

Não por acaso, as Diretrizes das Ecim trazem uma seção destinada a especificar os tipos de recompensa e quem pode concedê-las, como se observa a seguir:

Figura 3: Tipos de recompensa.

TIPOS DE RECOMPENSA

A seguir, serão apresentados, como sugestão, os tipos de recompensas e uma forma de se fazer a sua gestão nas Ecim:

- elogio, perante a turma, em aula ou em formaturas;
- elogio no histórico do aluno; e
- prêmios.

SEÇÃO IV

CONCESSÃO DE ELOGIOS

A concessão do elogio é prerrogativa do gestor competente, e aquele que não possui tal competência deverá reduzir a termo sua solicitação, constando os motivos e as circunstâncias que determinam a proposta.

Depois de analisada pelo gestor competente, a concessão de elogio poderá ser ou não concedida. No caso de deferimento, é recomendável que o elogio ao discente seja registrado em documento específico.

Fonte: BRASIL (2021, p. 89).

Eis aqui, novamente, o destinador-naturalizador que não só impõe sua lógica deôntica, mas cria as senhas de que fala Augé (1994), para a convivência e cumplicidade dos locutores. Estabelece, portanto, as condições do dever-ser, do dever-fazer, do não-poder-ser, do não-poder-fazer: “É desejável determinar quem tem competência para concessão de elogios, a fim de evitar a falta de justiça em sua distribuição” (BRASIL, 2021, p. 89). Essas mesmas orações caberiam bem no romance de Pompéia, sem causar estranhamento.

Considerações finais

O propósito deste artigo foi relacionar uma das obras de nossa literatura sobre um internato do século XIX (*O Ateneu*, publicado em forma de folhetim em 1888 e que tece uma crítica à política de ensino do final desse século) para mostrar a relação ideológica manifestada entre o romance com a proposta das Diretrizes das Ecim (Escolas cívico-militares, criada em 2019, pelo governo Bolsonaro). A visão do diretor, Aristarco, sobre o que é ensinar, os mecanismos

por ele utilizados em sua instituição, bem com os discursos e as relações nela estabelecidas configuram o internato, microcosmo social, como um espaço-tempo claustrotópico.

Nesse sentido, acreditamos que, em plena segunda década do século XXI, essa proposta educacional do governo Bolsonaro nega o desenvolvimento de inúmeras pesquisas em educação e apresenta-se como um retrocesso, pois volta a defender valores morais e comportamentais próximos aos do final da monarquia e do início da república brasileira.

Mais do que tentar descrever algumas das semelhanças entre o que se manifesta em um texto e o que é proposto no outro, chamamos a atenção para as ideologias citadas no início deste trabalho, muitas das quais – nossas observações nos levam a crer nisso – revelam-se como mote de ações, por exemplo, como o estabelecimento de uma secretaria das escolas cívico-militares. Note-se que, não há apenas o intuito de estender o tipo de educação miliciana, própria dos colégios militares, à sociedade civil, mas, antes mesclar essas duas concepções (a civil e a militar), fato que institucionaliza um espaço educativo e uma proposta educacional cada vez mais claustrotópicos. Nesse sentido, corre-se o risco de criar uma isotopia que una educação à opressão.

O retorno, agora mais acirrado, de uma ideologia que entende as práticas autoritárias, mais precisamente, as milicianas, como solução para questões sociais, culturais e econômicas para o Brasil, em plena segunda década do século XXI, convoca-nos senão à reflexão, ao menos, a um estado de alerta sobre os vestígios do passado no presente. Sob outros contextos e cenários, o romance de Raul Pompéia é uma excelente descrição de que viver em uma claustrotopia deixa marcas que nem mesmo o fogo (destruidor do internato) é capaz de apagar. Mas, como se pode observar nas diretrizes das Ecim, muitos dos discursos manifestados no romance resistiram ao tempo e buscam perpetuar-se.

Ao resgatarmos a arte literária de Pompéia esperamos apresentar aos leitores uma reflexão que vá além do /poder-ser/ e instigue o /saber-ser/ ou, mais ainda, o /querer-ser/. Se olharmos o passado, a intenção é dele extrair lições que nos levem adiante e não que nos tragam retrocessos. Que possamos nos valer mais da arte para que os valores e as crenças partilhados por nós sejam subversivos, menos absolutos e mais heterogêneos, menos totalitários e mais igualitários. ●

Referências

- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução: Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Papyrus Editora, 1994.
- BARROS, Mariana Luz Pessoa de. *O discurso da memória: entre o sensível e o inteligível*. São Paulo: FFLCH, 2015 [série Produção Acadêmica Premiada]. Disponível em: https://spap.fflch.usp.br/sites/spap.fflch.usp.br/files/Mariana_Barros_15_09_15_0.pdf Acesso em: 12 set. 2021.
- BERTRAND, Denis. *Caminhos da Semiótica literária*. Tradução: Grupo CASA, sob a coordenação de Ivã Carlos Lopes, Edna Maria F. S. Nascimento, Mariza B. T. Mendes, Marisa Giannecchini de Souza. Bauru: EDUSC, 2003.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretoria de políticas para Escolas Cívico-Militares. *Diretrizes das escolas cívico-militares*. Brasília, DF, 2. ed. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/10DIRETRIZESPECIMVERSO_observaes_14072021convertido2.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Escolas cívico-militares serão implantadas sob demanda*. Portal MEC, Governo Federal: Brasília, 04 abr. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/74811-escolas-civico-militares-serao-implantadas-sob-demanda>. Acesso em: 12 maio 2019.
- CRUZ, Ana Carolina de Picoli de Souza. *O Ateneu de Raul Pompéia: uma claustrotopia - espaço de discursos modeladores*. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/94000>. Acesso em 11 maio 2022.
- FIORIN, José Luiz. Operações discursivas do discurso da extrema-direita. *Discurso & Sociedad*, v. 13, n. 3, 2019, 370-382. Disponível em: <http://www.dissoc.org/ediciones/v13n03/DS13%283%29Fiorin.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.
- MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. O drama público de Raul Pompéia: sexualidade e política no Brasil finissecular. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 75, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/tHxyfRVrBMC9j6nnTRPjx8H/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 maio 2022.
- POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. Apuração do texto em confronto com o original e introdução por Therezinha Bartholo, ilustrações do autor. Rio de Janeiro: Francisco. Alves, 1993.
- VECCHI, Roberto. Alegorias claustrosóficas: o pensamento confinado, a exceção e a história literária. *Rassegna iberistica*, 91, 2010, p. 43-52.

 ***O Ateneu*, by Raul Pompéia, and the program of the civic-military schools of the Bolsonaro government: claustrotopic space-time**

 CRUZ, Ana Carolina de Picoli de Souza

 CORTINA, Arnaldo

Abstract: This article aims to contribute to the numerous reflections on the directions of Brazilian education. Based on the theory of Discursive Semiotics, through the analysis of time, space and ideology in enunciation and in the enunciate, we present a comparison between the novel *O Ateneu*, by Raul Pompéia (1888), and the guidelines of the civic-military schools (2019) of the Bolsonaro government. Believing that not only closed spaces imprison, but also (and mainly) discourses have the power to confine, we also seek to analyze how the ideologies of the present reveal vestiges of the past and lead us to question whether we are (re)existing or resisting.

Keywords: Discursive Semiotics; claustrotopia; ideology; education.

Como citar este artigo

CRUZ, Ana Carolina de Picoli de Souza; CORTINA, Arnaldo. *O Ateneu*, de Raul Pompéia, e o programa das escolas cívico-militares do governo Bolsonaro: espaço-tempo claustrotópico. *Estudos Semióticos* [online], vol. 18, n. 3. São Paulo, dezembro de 2022. p. 111-130. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse>. Acesso em: dia/mês/ano.

How to cite this paper

CRUZ, Ana Carolina de Picoli de Souza; CORTINA, Arnaldo. *O Ateneu*, de Raul Pompéia, e o programa das escolas cívico-militares do governo Bolsonaro: espaço-tempo claustrotópico. *Estudos Semióticos* [online], vol. 18.3. São Paulo, December 2022. p. 111-130. Retrieved from: <https://www.revistas.usp.br/esse>. Accessed: month/day/year.

Data de recebimento do artigo: 20/05/2022.

Data de aprovação do artigo: 25/07/2022.

Este trabalho está disponível sob uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 Internacional.

This work is licensed under a Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 International License.

